

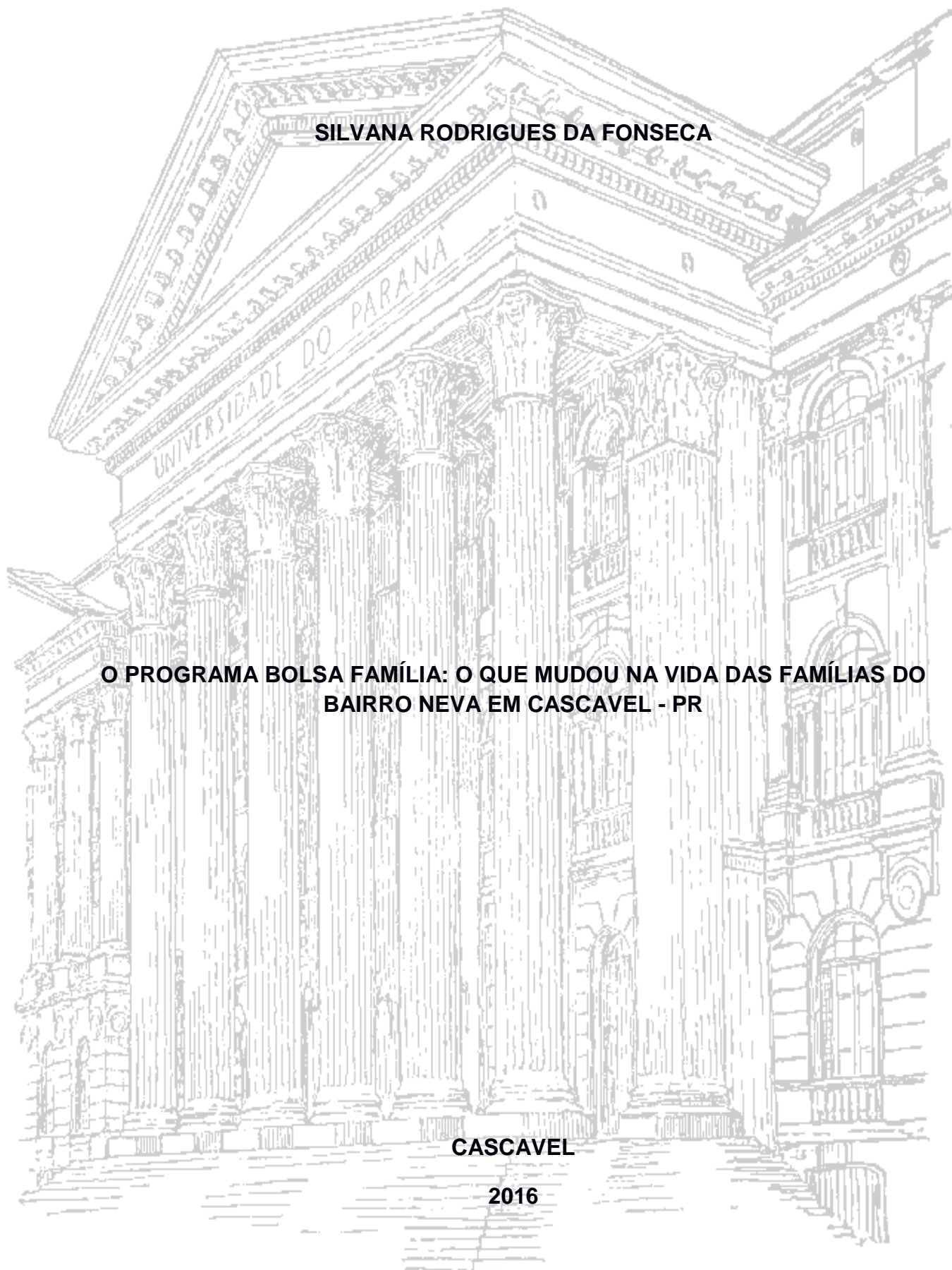
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SILVANA RODRIGUES DA FONSECA

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: O QUE MUDOU NA VIDA DAS FAMÍLIAS DO
BAIRRO NEVA EM CASCAVEL - PR**

CASCAVEL

2016



SILVANA RODRIGUES DA FONSECA

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: O QUE MUDOU NA VIDA DAS FAMÍLIAS DO
BAIRRO NEVA EM CASCAVEL - PR**

Artigo Científico apresentado com requisito para a conclusão do curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Núcleo de Educação a Distância, da Universidade Federal do Paraná – UFPR.

Professora Orientadora: Ms. Jocilene Gordiano Lima Tomaz Pereira

CASCAVEL

2016

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: O QUE MUDOU NA VIDA DAS FAMÍLIAS DO BAIRRO NEVA EM CASCAVEL - PR

Silvana Rodrigues da Fonseca 1

RESUMO

Este artigo objetiva analisar a efetividade do Programa Bolsa Família (PBF), Programa Federal de Transferência de Renda, no que se refere à melhoria na qualidade de vida das famílias beneficiárias, bem como uma possível emancipação financeira, o poder de compra e o acesso a bens e serviços possíveis com o valor monetário repassado por intermédio dessa política pública, de assistência social. A metodologia utilizada foi a de visita técnica, composta de entrevista semiestruturada e de aplicação de um questionário, contendo oito perguntas. Cinco famílias residentes no Bairro Neva, localizado em uma área não muito periférica da cidade de Cascavel/Paraná, participaram desse estudo, os critérios da escolha foram: ser beneficiária do PBF e aceitar participar da pesquisa. No contexto de visita técnica, as famílias beneficiárias relataram quais os principais benefícios que o PBF tem lhes proporcionado, desde o início de sua participação no programa, tendo em vista que algumas pessoas já recebem o benefício há mais de dez anos. Ao término do trabalho foi possível verificar, por exemplo, que o objetivo do programa de manter as crianças e adolescentes na escola, além de outros, tem obtido resultado positivo. Também, pode-se levantar que 100% das famílias pesquisadas têm por prioridade a aquisição de material escolar, na hora de utilizar o recurso, possibilitando compreender que a mãe, para além de gerir a renda com economia, preocupa-se com uma vida mais digna para os/as filhos e/ou filhas. E uma questão que ficou muito explícita é que o montante pago às famílias, apesar de não suprir a maioria de suas necessidades, tem um papel importantíssimo na organização financeira e na perspectiva de um futuro melhor para cada criança e adolescente participante do Programa Bolsa Família.

PALAVRAS-CHAVES: Programa Bolsa Família; Políticas Públicas, emancipação financeira.

1 INTRODUÇÃO

1 Aluna do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Núcleo de Educação a Distância, da Universidade Federal do Paraná – UFPR. Servidora Pública Estadual, do Paraná.

Esse artigo objetiva aprofundar o entendimento do valor real do Programa Bolsa Família (Programa de Transferência de Renda do Governo Federal) para dez famílias beneficiárias, residentes no bairro Neva, no município de Cascavel, Paraná. Este aprofundamento dar-se-á por intermédio de visita técnica², com coleta de depoimentos dessas famílias, conhecendo qual a sua realidade após a inserção no Programa, quanto à emancipação financeira, seu poder de compra, as melhorias realizadas no ambiente físico do lar e as aquisições que foram possíveis com o recurso.

O Programa Bolsa Família – PBF foi criado em 2003, quando houve a junção de alguns programas como o Bolsa Escola, Auxílio-Gás, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação e está vinculado ao Ministério Desenvolvimento do Social e de Combate à Fome. Foi criado pela MP (medida provisória) 132, de 20/10/2003. Mais tarde transformou-se na Lei 10.836, de 09/01/2004. O maior programa federal de transferência de renda direta a beneficiários(as) de todo o país.

Um ponto de extrema relevância é que o programa tem como condição a permanência das crianças e adolescentes na escola. O controle de frequência é feito pela escola e em cada município há um coordenador que acompanha todo o processo de coleta de dados que se dá bimestralmente. A condicionalidade é a permanência das crianças na escola, com frequência mínima de 85%, ou 75% para jovens de até 17 anos que estejam no mercado de trabalho formal ou informal (MEC, 2016).

Um dos objetivos do PBF é, além de manter as crianças e jovens na escola, é dar condições mínimas para as famílias terem o básico necessário para seu sustento e para sua dignidade humana. É obrigação do Estado assegurar que sua população tenha alimentos e condições mínimas de sobrevivência. O Brasil fez parte do mapa da fome por muitos anos, sendo objeto do Programa Fome Zero, que tinha como objetivo principal erradicar a fome no país, entretanto tem outros objetivos como assegurar saúde e educação públicas.

O PBF faz um repasse mensal a cada família beneficiária, de valores tabelados³, e na maioria das vezes é feito à mãe, uma vez que muitas famílias são

² As visitas técnicas são atividades pedagógicas supervisionadas realizadas em ambiente externo à instituição, constituindo um mecanismo de integração entre a escola e a sociedade. http://www.ifg.edu.br/proen/images/Downloads/minutas/minuta_regulamento_visita_tcnica.pdf. ACESSADO EM 23/10/16, às 22h19.

³ O valor que a família recebe por mês é a soma de vários tipos de benefícios previstos no Programa Bolsa Família. Os tipos e as quantidades de benefícios que cada família recebe dependem da

chefiadas por ela, também para assegurar à mulher sua emancipação dentro do lar e, em algumas situações, a não se submeter a agressões físicas ou verbais em função da dependência financeira.

Rego e Pinzani (2016) consideram:

Uma mulher que vive numa região pobre e isolada do sertão, num contexto familiar marcado por um forte senso de submissão das mulheres aos homens e dos indivíduos às famílias. Notemos que, à medida que esta mulher consegue se livrar da educação patriarcal e machista que recebeu e busca realizar um plano de vida diferente, deixando sua família e indo morar em outro lugar (por exemplo, em uma grande cidade), ela adquire um maior grau de autonomia⁴(REGO, PINZANI, 2016, p/n)

Ainda, cabe salientar, que mesmo em pleno século XXI as mulheres são as que sofrem mais com o desemprego (gráfico 1), ou com o baixo salário, independente da função que exerça. Infelizmente, os resquícios da educação de uma sociedade patriarcal e machista são recorrentes. Havendo um incentivo por intermédios de políticas públicas, que contribuam para o fortalecimento feminino, de forma individual, sem dependência de um casamento ou relacionamento, as mulheres ganham espaço para o protagonismo feminista. As pessoas beneficiárias do PBF, geralmente, estão em situação de vulnerabilidade, pobreza, extrema-pobreza, ou situação de risco. Em determinadas situações a família está tão fragilizada que depende do encaminhamento da Assistência Social para ser inserida no programa. Isso ocorre em razão de desconhecimento da família, ou por estar tão à margem que não se reconhece merecedora, ou não entende a linguagem dos chamamentos, chegando ao ponto de não ter acesso a essas informações.

Para delimitação desse projeto foi realizado um recorte setorial da cidade. A comunidade selecionada para ser pesquisada, o bairro Neva, não se enquadra no perfil de extrema pobreza ou de marginalização, tendo em vista sua localização territorial e o nível sócio econômico da população. Atualmente a comunidade tem características muito diferentes das de outrora. O nível de desemprego é baixo, grande maioria é proprietária de casa e carro, o índice de evasão, no período diurno

composição (número de pessoas, idades, presença de gestantes etc.) e da renda da família beneficiária.(Portal MEC, publicado em 01/07/2015)

4 Educação, Pobreza e Desigualdade Social - Módulo I – Pobreza e Cidadania - Renda Monetária e autonomia financeira /O que é autonomia (Profs drs. Walquiria Leão Rego e Alessandro Pinzani)

é bastante baixo, há poucas notícias de criminalidade na região. Os portes das construções apontam para a melhoria econômica de grande parcela das famílias. Essa análise baseia-se numa convivência da pesquisadora de trinta anos nessa comunidade, acompanhando a expansão territorial e o crescimento econômico do bairro.

A abrangência do PBF é muito grande, assim, nesse trabalho a intencionalidade é verificar apenas um recorte da sua efetividade, como o poder de compra, as melhorias possíveis, a mobilidade social, acesso a bens, serviços, etc. Não será aferida a melhoria na área educacional das crianças e jovens, tendo em vista que o objetivo, aqui, não é verificar avanço pedagógico dos/as estudantes que estão no Programa. Buscou-se, também investigar: o que mudou na rotina ou na perspectiva dessas pessoas beneficiárias? O que elas sentem em relação a essa política afirmativa sustentada pela União? E, a partir dessas questões analisar as influências, as fragilidades e as contribuições do PBF nas famílias pesquisadas.

Esse tema foi definido a partir do acompanhamento do PBF, por intermédio do registro de frequência escolar, colhida bimestralmente, ao cumprir o papel de agente colaboradora do Programa, no Colégio Estadual Ieda Baggio Mayer, por mais de dez anos. Neste ínterim foi possível observar uma mudança em termos de qualidade na vida de alguns alunos/as.

Será abordado o problema social no primeiro capítulo – Desigualdade Social - as desigualdades tão presentes no nosso país, em que 51.8% da população se encaixava, em 2011, nos estratos de extremamente pobres, pobres ou vulneráveis (PNAD/IBGE, 2011). Na sequência as definições do que se entende por pobreza e emancipação, capítulo dois, e a metodologia do trabalho, com levantamento de dados e informações técnicas; número de envolvidos e dos dados levantados juntos aos pesquisados.

1. Desigualdade Social X Políticas Públicas

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)⁵ - proclamada em 10 de dezembro de 1948 - afirma que os seres humanos são iguais em dignidade e direitos. Dignidade, de acordo com o dicionário Michaelis (2002), significa

⁵ Disponível em: <http://www.dudh.org.br/declaracao/>

“respeitabilidade, honra, elevação ou grandeza moral, qualidade daquilo ou daquele que é nobre” logo, todo ser humano deve ser honrado e respeitado indiscriminadamente, deve ter seus direitos assegurados sob qualquer circunstância. Tendo sido a DUDH um documento cuja maioria dos países assinou, deveríamos ter um mundo muito menos violento e violador de direitos do que temos.

A desigualdade social é um “mal” que assola a humanidade. São pessoas ou grupos explorando pessoas ou classes inteiras pela dominação do capital, com o propósito de acumular mais riqueza. A classe trabalhadora sustenta seu país com a força de seu trabalho e pelo conjunto dos bens produzidos a que não terá acesso, na maioria das vezes. “O estado civil só pode subsistir enquanto o trabalho dos homens render para além de suas necessidades” (ROUSSEAU, 2009, p. 91). Esse trabalho, para além, gera riqueza que não é igualmente distribuída. A desigualdade está fortemente presente nas famílias que enfrentam a extrema pobreza sem dignidade ou valoração sequer para cobrar seus direitos, os mesmos direitos que a DUDH diz serem universais.

Carlos Gomez (2004), apresenta a seguinte reflexão:

Ao pensar nos sujeitos individuais e coletivos configurados na atual sociedade de classe e, mais precisamente, nos trabalhadores coletivos produzidos nos diversos processos de trabalho, podemos concluir que a única via para ultrapassar as diversas manifestações de alienação será a transformação radical da sociedade(...) Sem entrar em maiores considerações sobre o processo de construção desses sujeitos coletivos, admitimos que eles nascem e avançam nos confrontos derivados de suas condições materiais de existência e do desvendamento das relações de dominação presentes (GOMEZ, 2004, pág. 53-54).

Nesse contexto, o sujeito ao perceber-se em condições desfavoráveis de subsistência, precisa reagir e confrontar com essa realidade segregadora a fim de promover mudanças.

Educação, saúde, moradia também são assegurados como direitos sociais, no artigo 6º da Constituição Federal do Brasil, de 1988, no entanto temos 17 milhões de crianças e jovens na pobreza ou extrema pobreza, inseridos no Programa Bolsa Família, ou seja, que sobrevivem com uma renda *per capita* (soma de todos os rendimentos dos moradores de um domicílio dividida pelo número de moradores) de até setenta Reais (R\$ 70,00), para os de extrema pobreza ou renda igual ou superior a setenta reais, para os que estão inseridos no estrato de pobreza. Isso não é digno para nenhum ser humano.

Vale esclarecer, o que se compreende por pobreza nesse artigo. Aqui a pobreza será tratada pelo viés de Asselin (2009) que a considera como forma de

exclusão social, resultado da distribuição desigual dos bens essenciais para uma vida digna. Ampliada pela visão de Maxwell (1999) que afirma que a superação da pobreza passa também pelo acesso de todos e todas aos sistemas democráticos e legais, às garantias dos direitos assegurados, mercados e previdência social.

Pertinente ponderar que essa desigualdade é fomentada e alimentada sistematicamente pelo grande capital, que tem na classe trabalhadora a fonte de mão de obra para geração de riquezas que serão acumuladas não por esses, mas por aqueles. Nessa mesma linha a formação, que teoricamente, abre mais campo e possibilidade de ascensão e emancipação financeira e humana, fica renegada a segundo plano, para que a grande massa (o povo) seja a mais alienada possível e aceite as parcas políticas que são implementadas.

Quanto ao direito à educação, Arroyo (2004) aponta:

O que está ficando claro no debate fecundo entre educadores, que sem dúvida coincidem num compromisso real com a educação das classes trabalhadoras, é que não há coincidências no próprio conceito usado, direito à educação, ou que partimos de uma percepção diferente de por onde passa o educativo na história e onde se situam as lutas entre as classes pelo saber, pela educação e pela cultura (ARROYO, 2004, p. 78).

A escolarização é um dos requisitos fundamentais para o processo de democratização da sociedade, entendendo por democratização a conquista, pelo conjunto da população, das condições materiais, sociais, políticas e culturais (LIBÂNEO, 1992, p. 34).

Há uma construção histórica, que não poderá ser aprofundada aqui, na qual as classes mais abastadas “permitem”, via políticas públicas, programas e projetos, que os menos favorecidos sejam escolarizados, no entanto, desde que essa formação não seja tão qualificada quando àquela a que os seus têm acesso.

Historicamente, negou-se aos pobres o direito à educação impedindo seu acesso à escola. Hoje, esse direito é negado quando não lhes é oferecida outra alternativa a não ser a de permanecer em um sistema educacional que não garante nem cria condições para o acesso efetivo a uma educação de qualidade (GENTILI, 2009). Resumindo, o Estado deve cumprir a lei de ofertar educação (universalizar) mas, deixa a educação pública precarizada, sem estrutura, sem material, recursos humanos, etc, o que muitas vezes é determinante no alto índice de evasão, reprovação, fracasso escolar.

Mundo afora, 75 milhões de crianças não vão à escola e 776 milhões de adultos não têm um nível básico de alfabetização. A questão encontra uma ressonância especial no caso do Brasil, onde há desigualdades educacionais enormes no que diz respeito ao acesso às escolas e ensino superior, e à qualidade da educação e níveis de evasão (GAMARNIKOW, 2013, p. 195)

Seria impossível tratar com respeito a questão do PBF sem acenar para as causas que levaram a nação a criar programas sociais que pudessem garantir o mínimo necessário à sobrevivência de parcela da sociedade, resumindo, o tema PBF perpassa pela má distribuição de renda e imensa desigualdade social, historicamente construída. Um nó, no desenvolvimento da sociedade, que foi levemente afrouxado com a assunção de um governo declarado de esquerda e com o fortalecimento e expansão dos programas sociais de distribuição de renda.

No topo dessas desigualdades está a mulher, a mulher pobre, a mulher analfabeta, a mulher excluída. A cidadã que não fosse o PBF, talvez, não pudesse sustentar seus filhos e filhas, ou seja, não teria o essencial para a dignidade humana que é o alimento. Nessa política afirmativa do PBF, a prerrogativa de administração do recurso cabe à mulher. Esse fato é de grande relevância, uma vez que as mulheres deixam de ser dependentes de companheiros que, em diversas situações, as mantêm sob controle e/ou ameaças, por serem eles, os homens, os mantenedores do lar.

A quase totalidade das mulheres afirma ser melhor que o cartão esteja em seu nome que do marido (...). A justificativa foi, quase sempre, a de que a mulher cuida melhor do dinheiro (...). Houve muitas que disseram que os companheiros usariam o dinheiro para beber (CAMPELO e NERI, 2013, p.360).

Quando a mulher assume a condição de protagonista, que começa a decidir quanto aos bens ou serviços que a família terá acesso, com o recurso oriundo do PBF, ela tem sua autoestima elevada e, de acordo com o registro feito por Campelo e Neri (ano), a decisão dos idealizadores do Programa foi baseada na qualificação da mulher em melhor gerir o dinheiro.

Existem inúmeros exemplos de mulheres que garantiram, em diversos lugares do Brasil, sua independência econômica por intermédio do recebimento de uma renda monetária regular. Essa independência depende não apenas do esforço individual das mulheres, mas também de instituições e programas que forneçam subsídios (materiais e intelectuais) que darão suporte às ações dessas pessoas (REGO, PINZANI, 2016, p. 34).

Para melhor compreensão da linha adotada neste trabalho cabe conceituar o termo emancipação. Oriundo do termo latino *emancipare* que significa fora de, não mais e do termo *mancipium* - escravo, dependente - nesse sentido, emancipar remete à liberdade concedida, adquirida ou conquistada (CATTANI *et al.*, 2009, p.175). Assim, “a emancipação só acontece de fato quando o cidadão exerce seus direitos políticos, que tem por essência de conteúdo a participação na vida da comunidade” (MARX, 2005, p.22).

Nesse sentido, buscamos analisar quão possível é para cada família, que recebe o recurso, emancipar-se financeiramente. De qual forma essas pessoas têm conseguido acesso aos direitos civis e políticos, ou seja, se o Programa Bolsa Família tem permitido e/ou possibilitado a cada uma exercer efetivamente sua cidadania.

3 Percurso Metodológico

3.1 Campo de Estudo: o porquê da escolha

O bairro do qual foi feito o recorte para a pesquisa é denominado Bairro Neva, contudo há uma série de subdivisões que foram sendo nominadas para efeito de registros municipais, sem que popularmente sofresse alteração. Algumas subdivisões são: Jd. Claudia, Jd. Guanabara, Jd. Acácia mas, pouquíssimas pessoas reconhecem esses nomes. O Bairro Neva (mapa anexo) é bastante antigo.

Foi para nesse bairro que nos instalamos (minha família e eu) no ano de 1979, quando ainda não havia nenhuma estrutura urbana e de saneamento. Não havia rede de esgoto, coleta de lixo, asfalto, etc, era um bairro com problemas de segurança e que só contava com duas escolas municipais de educação infantil, não havia Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série (denominação da época para o atual 6º ao 9º Ano) nem Ensino Médio. Em 1980 comecei a estudar.

Cresci nessa comunidade acompanhando as inúmeras mudanças que ocorreram ao longo de mais de 30 anos. Foi tudo muito lento no início. Uma das primeiras grandes benfeitorias foi o asfalto que começou pela região mais “nobre” próximo à igreja e às casas mais elegantes e só muito tempo depois chegou às regiões onde a população mais pobre residia, e finalmente passou o asfalto em frente à nossa casa. Essa mudança tão necessária levou muitas pessoas a saírem do lugar onde moravam, pois não tinham condições de pagar o valor cobrado pela

prefeitura municipal, assim houve uma “peneirada” das famílias mais carentes que foram para locais mais periféricos em outras áreas do município. “Ainda hoje, a remoção de populações pobres de áreas urbanas valorizadas é, muitas vezes, feita sem considerar a vontade dessas pessoas” (REGO E PINZANI. 2016 , p.4).

Gradativamente vieram outras novidades: supermercado maior, oferta de mais um nível de escolarização, ginásio de esportes, igreja nova, posto de combustível, ampliação do comércio, entre outras melhorias.

A população começou a investir mais em seus imóveis e hoje não se encontra nenhuma casa tal qual foi na década de 80. Estão todas muradas, ampliadas e algumas são realmente de alto padrão. Isso demonstra um crescimento econômico e social muito grande e para tal faz-se necessário mencionar possíveis razões que favoreceram tamanho crescimento.

A abertura para o capital internacional⁶ que permitiu a concorrência em diversas áreas fez com que muitos preços baixassem, a exemplo as empresas de telefonia que ampliaram o acesso a esse serviço sem a obrigatoriedade de adquirir ações da empresa, ou seja, um custo bastante reduzido. Da mesma forma muita matéria prima, importadas, tornaram os custos das indústrias reduzidos e assim a aquisição de eletrodomésticos, por exemplo, ficou mais fácil, mesmo que parcelado em inúmeras vezes.

Finalmente, com criação de alguns programas sociais, a situação da camada mais pobre pode ter acesso a alguns bens e serviços. O Vale-Gás e o Bolsa Escola foram alguns desses Programas implementados pelo Governo Federal, que posteriormente foram agrupados, transformando-se no Bolsa Família. Graças ao Bolsa família, que passo chamar PBF, diversas famílias puderam manter seus filhos e filhas na escola, com a aquisição de material escolar e itens básicos.

Para além dessas iniciativas, nos últimos anos o governo federal investiu fortemente na área social, focando as regiões mais carentes, em especial o nordeste brasileiro. “Enquanto o esgotamento sanitário no Brasil cresceu 15% nos últimos 10 anos, no Nordeste cresceu 42%”, disse Miriam Belchior, Ministra do Planejamento no governo Dilma Rousseff. Por um lado atendeu as necessidades do crescimento tecnológico e por outro cumpriu parcialmente a responsabilidade do Estado em efetivar políticas públicas para a população. E ao assegurar a permanência das crianças na escola e possibilitar o ingresso dos jovens nas

6 No governo de Fernando Henrique Cardoso (entre 1995 e 1999) entrou cerca de 100 bilhões de dólares no país, isso trouxe alguns resultados bons e outros ruins.

universidades (seja por intermédio das cotas sociais ou pelas parcerias com instituições privadas) foi dado um grande salto qualitativo para o crescimento social e econômico, uma vez que qualificou a mão de obra e ampliou a demanda para cargos e funções melhor remunerados.

Assim o bairro também foi contemplado e muitas famílias, hoje, podem comemorar a graduação de um/a filho/a, coisa que era utópica anos atrás.

3.2 Desenvolvimento da pesquisa: etapas do processo

Para saber o quão importante foi ou é o PBF na vida das famílias desse bairro é que foi pensada essa pesquisa, que dar-se-á em duas etapas:

1ª Etapa: É constituída por uma reunião com as famílias beneficiárias do PBF para informar quanto às condicionalidades do programa, os cuidados com as exigências (recadastramento, frequência escolar, pesagem, etc) e posteriormente foi explicado acerca desse trabalho de pesquisa e a importância da participação das famílias no processo. Nessa reunião esteve presente o responsável pelo CadÚnico, do município de Cascavel, senhor Rodrigo Eduardo, que prontamente aceitou o convite que lhe foi feito, primeiramente em um contato telefônico e, na sequência, via e-mail com a pauta da reunião, que aconteceu no espaço cedido pela direção do Colégio Estadual Ieda Baggio Mayer, localizado no bairro Neva (recorte espacial desse trabalho) instituição na qual estudam os filhos beneficiários do PBF.

Para organizar essa reunião foram entregues bilhetes os quais os alunos beneficiários deveriam entregar aos seus pais/mães/responsáveis. No momento que os estudantes receberam o bilhete foram conscientizados da importância da presença de um/a responsável na reunião. O encontro foi no dia 26 do mês de Agosto de 2016, às 18h30, com a presença de doze famílias (das 60 cadastradas no colégio).

Não houve assunção formal por parte das famílias em aceitarem participar da pesquisa, entretanto todos se demonstraram dispostos. Para a visita e levantamento de dados, do universo das famílias presentes, serão elencadas 8, mediante o aceite do convite e que seja família moradora do bairro Neva.

2ª Etapa: Com anuência da família em participar da pesquisa a visita é feita em dia e horário pré-agendados, via telefone. A intenção é, ao chegar na residência, fazer com que a beneficiária (ou mesmo beneficiário, o que é raro tendo em vista a focalização do programa) fique bem a vontade e que não se sinta ameaçada de

perder o benefício em função de qualquer resposta, pois essa não é a finalidade. Assim, a pessoa é informada de como se dará a pesquisa e, com consentimento e assinatura de termo específico, é feito um registro em foto.

Durante a entrevista é aplicado o questionário composto por oito perguntas, com questões abertas e questões fechadas, que é respondido de acordo com cada realidade. As questões servem de subsídio para compreensão das realidades desses sujeitos, nesse recorte espacial, entendendo sua posição social e a contribuição do programa na estruturação familiar.

3ª Etapa: Análise das informações e dos dados levantados durante a pesquisa, buscando estabelecer padrões de comportamento que contribuem para melhor aplicação do recurso recebido, do PBF, e em que medida isso influencia na melhoria da qualidade de vida dessas pessoas. Ou seja, quem administra melhor o recurso e consegue se organizar-se financeiramente e quem não consegue administrar e, portanto, não vê resultados com a renda extra proporcionada pelo PBF.

Esse estudo é caracterizado por pesquisa qualitativa que “aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (MINAYO, 1994, p. 22), no mês de Setembro de 2016, com a realização de cinco entrevistas com beneficiárias, para analisar o perfil dessas famílias, verificar as mudanças promovidas pela renda do PBF e suas percepções quanto a valorização desse sistema de transferência de renda,

O objeto de pesquisa é o PBF e as famílias são os sujeitos, selecionados dentre um grupo de 10 (dez) famílias que se dispuseram a contribuir com a pesquisa, no momento em que foram informados, em um encontro específico para tratar das questões alusivas ao PBF, do propósito do trabalho e sua finalidade. Para essa reunião de beneficiários foram convidadas todas as famílias cujos filhos(as) estudam no Colégio Estadual Ieda Baggio Mayer. Ainda, nessa ocasião, foi tratado quanto às condicionalidades do PBF e da importância do acompanhamento familiar junto à instituição escolar.

O fato de fazerem parte da comunidade escolar foi um fator determinante nesse recorte para participação e levantamento dos dados, uma vez que as pessoas sentem-se mais seguras a falar de suas vidas para um membro da mesma

comunidade e que participa, direta ou indiretamente, no processo educacional de seus/suas filhos/filhas.

As pessoas que se propuseram a fazer parte da pesquisa deixaram contato para agendamento da entrevista, que acontece em data marcada de acordo com a disponibilidade de cada participante.

Como recurso de pesquisa será aplicado um questionário contendo oito perguntas, que tem o objetivo de saber, primeiro, a idade e a escolarização da/o beneficiária/o. Também, saber quantas pessoas residem na casa, há quanto tempo que moram no bairro e que estão cadastradas no PBF. Verificar quem é que recebe o recurso e o que esse valor representa na finança da família, bem como as melhorias que foram e/ou são possíveis com esse dinheiro.

É, ainda, objetivo do estudo, descobrir a importância do PBF e o que mudou na vida dessas pessoas nesse período em que têm recebido o valor do programa. Será que essa família conseguiria manter seu padrão de vida sem o recurso e quais as sugestões que cada um teria para contribuir com a melhoria do programa federal. Isso, com intuito de mapear o perfil econômico da família nesse período, no qual recebeu o benefício. As melhorias e possíveis progressos que o PBF tenha oportunizado.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Monica Castagna (orgs.) – Por uma Educação do Campo. Petropolis, RJ: Vozes, 2004.

CAMPELLO, Tereza. NERI, Marcelo Côrtes (Orgs). Programa Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania. – Brasília: Ipea, 2013

GAMARNIKOW, Eva. Educação, (in)justiça social e direitos humanos: combatendo desigualdades na globalização turbocapitalista. 2013. Revista Brasileira de Educação, vol. 18, núm. 52, enero-marzo, 2013, pp. 189-196. RJ

GENTILI, Pabro & FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). A cidadania negada. Políticas de exclusão na educação e no trabalho– 3. Ed.- São Paulo: Cortez; [Buenos Aires, Argentina] : CLACSO, 2002.

IPC. O Bolsa Família e a pobreza no Brasil. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/publications/mds/16P.pdf>

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1992

MINAYO GOMES, Carlos ... [et al.]. Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador – 5. Ed. – São Paulo, Cortez, 2004

ROUSSEAU, Jean Jacques. O contrato social. [Apresentação de JoNao Carlos Brum Torres; tradução Paulo Neves]. – Porto Alegre, RS : L&PM, 2009

SCIELO. Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira? Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n1/v10n1a10>

APÊNDICE. 01. Registro da Coleta de Dados

Identificação: Benefic.01	Data: 21/09/16
Idade Benefic.: 45	Tempo de residência no bairro:
Nº Moradores: 04	Escolaridade: Primário

A primeira família beneficiária do PBF, foi visitada em uma tarde da semana. Fui diretamente à residência da Benefic.01 que já me conhecia mas, me apresentei enquanto operadora do PBF e informei que a visita tinha o objetivo de aplicar o questionário acerca do programa, bem como para uma conversa informal.

Encontrei a beneficiária fazendo sua pedicure, que foi suspensa enquanto conversávamos, mas o chimarrão continuou. Fui bem acolhida e não houve resistência para fornecer nenhuma informação. A senhora estava com uma nora e com um dos filhos. O adolescente assistia televisão e jogava em um notebook.

Atualmente dois filhos, dos quatro, que convivem na mesma casa que ela, juntamente com o neto de quase três anos. Dois outros filhos moram no mesmo lote (terreno) em casas separadas, sendo um casado e outro separado. Este último tem dois filhos que está sob cuidados de uma família acolhedora, pois a mãe os abandonou e o pai tem problemas de conduta.

A a casa onde residem é cedida pela família da nora, entretanto no decorrer da conversa deixou “escapar” que ela não permite ao filho vender a casa onde ele mora, dando a entender que seria sim de propriedade dela, mesmo que não esteja registrada em seu nome. Contou que possui uma propriedade em uma cidade vizinha, mas não há casa, apenas o terreno, que foi adquirido com economia do benefício do Bolsa Família há vários anos. Lá ela morou algum tempo em uma casinha construída com madeiras velhas, porém a casa foi desmanchada em razão dos estragos alguns anos após ela ter deixado a moradia e vindo residir em Cascavel.

Quanto ao PBF a família sempre esteve inscrita. Aliás, já era beneficiária dos programas que antecederam o PBF, como o Vale Gás e o Bolsa Escola.

Com os recursos advindos da transferência de renda ele diz que conseguiu comprar, além da propriedade, eletrodomésticos, computador e manter as despesas fixas como luz, alimentação, peças de vestuário ou calçados, etc.

No primeiro momento a benefic.01 disse que não trabalhava porém, ao longo da nossa conversa ele mostrou uma salinha com duas máquinas de costura onde ela faz consertos de roupas. A casa é feita de madeira, é bem equipada no que se refere a eletrodomésticos. Os móveis são envelhecidos, um tanto quanto desgastados, porém uma casa organizada.

A beneficiária disse que o PBF, para a família dela, foi e é de fundamental importância, que graças a ele conseguiu estruturar sua vida e consegue manter uma regularidade na organização orçamentária. Aliás, foi perceptível sua preocupação em não ter o benefício retirado, então informei novamente que o questionário tinha cunho acadêmico e que as condicionalidades do programa não têm correlação com o trabalho.

Como proposta de mudança disse que não tinha, pois está bom, a menos que seja para aumentar o valor (entre risos) e que dinheiro nunca é demais. Enfim, uma visita agradável e a beneficiária autorizou ser fotografada e se dispôs a dar mais informações se precisar.

Identificação: Benefic.02	Data: 24/09/16
Idade Benefic.: 40	Tempo de residência no bairro: 15 anos
Nº Moradores: 05	Escolaridade: Primário

Nesta segunda família são duas crianças que têm acompanhamento de frequência escolar. Elas moram com o pai, um senhor ainda jovem, mas que sofreu um acidente e logo após teve um derrame cerebral que o deixou com diversas sequelas. Após esse infortúnio ele foi abandonado pela esposa e precisou ir morar com a mãe. Quando essas crianças chegaram na escola o comprometimento físico e de comunicação do pai era muito alto, hoje não demonstra problemas na comunicação, contudo há uma limitação física bem acentuada.

Após essa primeira parte da conversa, no momento em que eu aplicaria o questionário de forma mais sistematizada, ele me informou que não está recebendo o benefício e explicou, de uma forma meio confusa, que o cadastro está no nome da mãe das crianças, que não tem mais contado com eles, e que há erro no cadastro.

Enquanto recebiam o benefício, disse ele, era muito pois, compravam os materiais escolares e ajudava na alimentação e, agora, tá fazendo falta esse recurso. Entretanto, disse ele que, após a reunião ocorrida no colégio para tratar do PBF, e com as informações que lá ouviu, ele ligou para o CadÚnico e que irá pessoalmente, com os documentos necessários, para resolver a situação.

Assim sendo, me pus à disposição caso houvesse algum contratempo nesse processo de alteração de cadastro e mudança do nome do beneficiário (uma vez que as crianças convivem com ele) para que o recurso seja disponibilizado para ele, o pai.

Não foi possível aplicar o questionário da forma como prevista, mas valeu para compreender algumas das diversas situações que ocorrem por erro ou por falta de informação que acabam prejudicando os mais necessitados, no caso, as crianças que vivem com poucos recursos de uma aposentadoria do pai, morando e uma casa cedida nos fundos de um bar de periferia, com menos acesso a bens que poderiam ter.

Identificação: Benefic.03	Data: 11/10/16
Idade Benefic.: 46	Tempo de residência no bairro:
Nº Moradores: 03	Escolaridade Benefic.: Ens. Médio

Esta família mora bastante próximo ao colégio onde as filhas estudam, assim, a mãe optou por vir ao colégio para uma conversa, pois é bastante ocupada, segundo ela. Foi relatado pela mãe que a família recebe o benefício acerca de dez anos.

Falou ainda que o PBF é de grande importância para a aquisição de alimentos. Também utiliza do valor do repasse para comprar materiais escolares, que não poderiam ter sem o PBF. Disse também que o dinheiro, oriundo do PBF melhorou as condições de vida da família e que vai, até, pagar um curso de informática para as meninas.

A mãe afirmou que não conseguiria manter o padrão (mesmo simples) sem o auxílio. Todo mês ela entrega um pequeno valor para as meninas comprarem um lanche e algum item de cosmético de que necessitam.

A única sugestão seria para aumentar o valor para que pudesse ampliar o investimento na educação das estudantes.

Identificação: Benefic.04	Data: 11/10/16
Idade Benefic.: 45	Tempo de residência no bairro: 38
Nº Moradores: 04	Escolaridade: 4ª série primária

Quem me recebeu foi a adolescente (estudante) que tem sua frequência escolar acompanhada bimestralmente. Na área externa da casa ofereceu-me uma cadeira e nesse ínterim vieram a mãe e a avó. O cadastro do PBF está em nome da avó, uma senhorinha de 71 anos, que estudou até o quarto ano e que faz (e ensina) bordados. A saúde, segundo ela, não é muito boa, mesmo assim precisa cuidar do esposo que tem diversos problemas de saúde e constantemente fica hospitalizado. Quando internado é a filha do casal que acompanha o pai, pois, em função da idade, não é permitido que a esposa o acompanhe. Por essa razão a filha do casal não tem emprego formal, uma vez que não conseguiria dar o atendimento necessário ao pai.

A avó me disse que estão no Programa desde quando era Bolsa Escola. Não soube precisar há quantos anos. E afirmou que o valor recebido desde então tem sido de grande importância para a família pois, por ser um repasse regular, consegue organizar os gastos com a neta. A utilização do recurso é basicamente com materiais escolares, roupas e calçados para a adolescente. Além disso, faz algumas compras para a alimentação da família. De acordo com o depoimento não adquiriram nenhum bem de maior valor com o recurso, que é de R\$ 124,00.

A Benefic.04 contou que nunca deixou de receber o benefício ou sequer teve suspensão. Atualiza o cadastro anualmente e não vê dificuldades para isso. De sugestão para melhoria no PBF disse apenas que o valor poderia ser um pouco mais, para que pudessem assegurar alguns cursos para a estudante.

Identificação: Benefic.05	Data: 13/10/16
Idade Benefic.: 44	Tempo de residência no bairro: 36
Nº Moradores: 03	Escolaridade: Ensino Médio

Esta beneficiária está cadastrada no PBF há aproximadamente dez anos. É uma jovem senhora e relata que é o valor do benefício que sempre contribuiu na manutenção e aquisição de bens para o filho. Disse ainda que raramente utiliza parte do valor com alguma coisa que não seja para o adolescente de 14 anos.

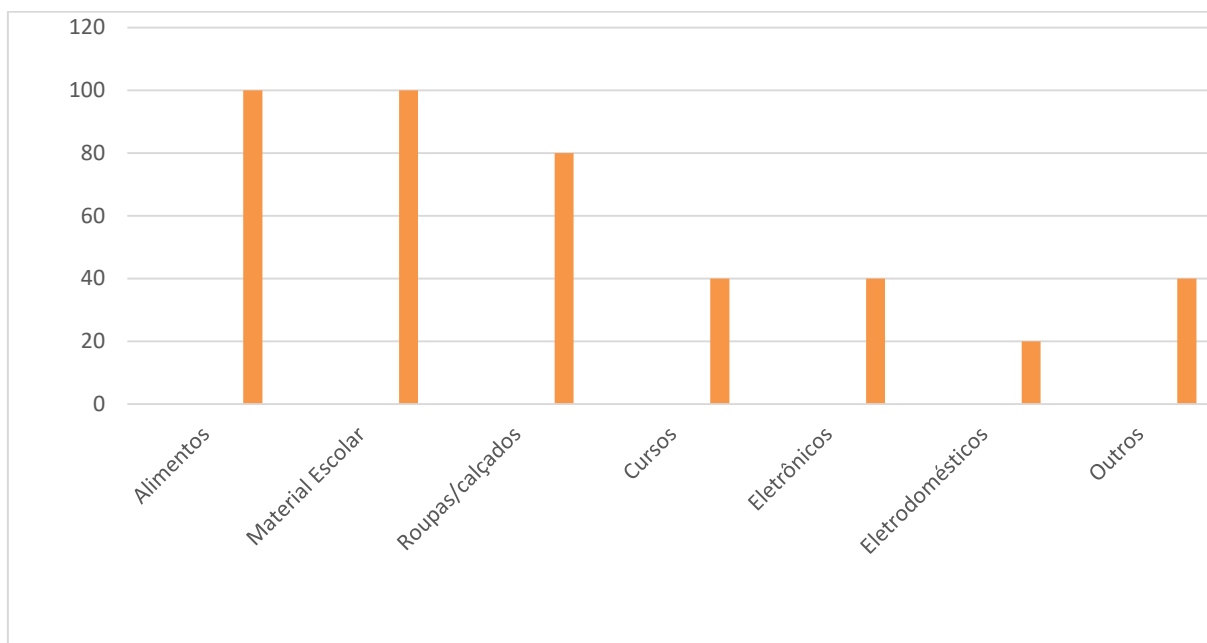
A residência é própria, modesta e está bem equipada com itens básicos, nada de luxo. Nenhum dos moradores tem emprego registrado em carteira de trabalho. Ela revende produtos por catálogo e é manicure. O pai faz trabalhos esporádicos de baterista e diariamente abre uma “portinha” onde faz consertos de bolsas e similares, faz capa para equipamentos musicais e outros artigos com retalhos de couro (trabalho artesanal). Pela mãe foi-me relatado que o PBF é que permite a compra do material escolar no início do ano letivo e, no decorrer do ano, programa-se no pagamento de outros bens: roupas, calçados, eletrônicos.

O adolescente está no Ensino Médio e, como todo adolescente, tem como hobby as redes sociais. Além disso, toca bateria, e está montando uma banda juvenil. Tem computador, celular e gosta de jogar bola na rua nos fins de semana.

Ela relata, ainda, que o programa é de grande relevância na organização financeira da família e que dificilmente poderia ter ofertado ao filho o mesmo padrão de vida que ele usufruiu até então. O PBF também possibilitou que ela gerisse os gastos familiares e que não ficasse totalmente na dependência do esposo. Obviamente, disse ela, o valor é baixo e o poder de compra está cada vez menor, contudo é de grande ajuda.

APÊNDICE – GRÁFICO

Gráfico 1 – Itens adquiridos com o recurso do PBF



Outros: Cosméticos, passeios, imóvel.

ANEXOS

1.1 - Quadro 1 – Benefício Variável e característica do/a beneficiário/a

<p>Benefício Variável Vinculado à Criança ou ao Adolescente de 0 a 15 anos.</p> <p>R\$ 39,00</p>	<p>Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 170,00 por pessoa e que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade em sua composição.</p> <p>É exigida frequência escolar das crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos de idade.</p>
<p>Benefício Variável Vinculado à Gestante</p> <p>R\$ 39,00</p>	<p>Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 170,00 por pessoa e que tenham grávidas em sua composição.</p> <p>São repassadas nove parcelas mensais.</p> <p>O benefício só é concedido se a gravidez for identificada pela área de saúde para que a informação seja inserida no Sistema Bolsa Família na Saúde.</p>
<p>Benefício Variável</p>	<p>Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 170,00 por</p>

<p>Vinculado à Nutriz.</p> <p>R\$ 39,00</p>	<p>pessoa e que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição, para reforçar a alimentação do bebê, mesmo nos casos em que o bebê não more com a mãe.</p> <p>São seis parcelas mensais.</p> <p>Para que o benefício seja concedido, a criança precisa ter seus dados incluídos no Cadastro Único até o sexto mês de vida.</p>
----------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

1.3 - Gráfico 2 – Desemprego feminino



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego (mar.2002/abr.2014).